



**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,  
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

**ATA NÚMERO 27/XIV/ 1.ª SL**

Aos 02 dias do mês de junho de 2020, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Audição da comissão representativa do Projeto de Lei n.º 133/XIV/1.ª (ILC) -**  
**Procede à segunda alteração ao regime da carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica - Decreto-Lei n.º 111/2017, de 31 Agosto -, à primeira alteração do regime legal da carreira aplicável aos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica, doravante designada TSDT, em regime de contrato de trabalho - Decreto-Lei n.º 110/2017, de 31 de Agosto - e à primeira alteração ao regime remuneratório aplicável à carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, bem como as regras de transição dos trabalhadores para esta carreira, que regulamenta o primeiro - Decreto-Lei n.º 25/2019, de 11 de Fevereiro**

**Deputada autora do parecer: Alexandra Tavares de Moura (PS)**

2. **Informações;**
3. **Apreciação e votação da ata n.º 25, relativa à reunião de 27 de maio de 2020;**
4. **Apreciação e votação da nota de admissibilidade e (eventual) designação de Deputado relator do GP do PSD da Petição n.º 45/XIV/1.ª - Reabertura de vias de acesso em Montemor-o-Velho;**
5. **Deliberação sobre o pedido de desistência apresentado pelos peticionários da Petição n.º 625/XIII/4.ª - Solicita a atualização da estrutura remuneratória da carreira de Assistente Técnico;**
6. **Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 176/XIV/1.ª (PS) -**  
**Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio, permitindo a aplicação do sistema de carreiras aos trabalhadores do Quadro de Pessoal Transitório**

**Deputada autora do parecer: Maria Germana Rocha (PSD);**

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,  
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

**ATA NÚMERO 27/XIV/ 1.ª SL**

7. **Apreciação e votação do parecer sobre os Projetos de Lei n.ºs 228/XIV/1.ª (PCP) - Fixa os critérios de atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (12ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho - Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas) e 229/XIV/1.ª (PCP) - Fixa o regime de atribuição e os montantes dos acréscimos em suplementos e outras compensações que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (12ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas)**  
**Deputado autor do parecer: José Cancela Moura (PSD);**
8. **Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD sobre o Regulamento da Comissão;**
9. **Outros assuntos.**

- 
1. **Audição da comissão representativa do Projeto de Lei n.º 133/XIV/1.ª (ILC) - Procede à segunda alteração ao regime da carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica - Decreto-Lei n.º 111/2017, de 31 Agosto -, à primeira alteração do regime legal da carreira aplicável aos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica, doravante designada TSDT, em regime de contrato de trabalho - Decreto-Lei n.º 110/2017, de 31 de Agosto - e à primeira alteração ao regime remuneratório aplicável à carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, bem como as regras de transição dos trabalhadores para esta carreira, que regulamenta o primeiro - Decreto-Lei n.º 25/2019, de 11 de Fevereiro**

**Deputada autora do parecer: Alexandra Tavares de Moura (PS)**

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Fernando Ruas (PSD), que presidiu à reunião, começou por cumprimentar a comissão representativa daquela iniciativa de cidadãos, integrada, respetivamente, por Joana Azevedo Marques (advogada), Joana





## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL

### ATA NÚMERO 27/XIV/ 1.ª SL

Fonseca Fernandes Madureira e Maria Eduarda Ferreira. Deu-lhes as boas-vindas em nome da Comissão e explicou a metodologia adotada para aquela audição. De seguida, deu-lhes a palavra para uma intervenção inicial. Seguiram-se as intervenções dos Deputados Alexandra Tavares de Moura (PS), Carla Barros (PSD), por Skype, Moisés Ferreira (BE), Paula Santos (PCP), Bebiana Cunha (PAN), por Skype, e João Cotrim de Figueiredo (IL). A finalizar, para responder aos pedidos de esclarecimentos, intervieram de novo membros da comissão representativa.

A [audição](#) foi gravada em suporte vídeo, que faz parte integrante desta ata, dispensando-se o seu desenvolvimento nesta sede.

#### 2. Informações;

No que diz respeito aos Projetos de Lei n.ºs [398/XIV/1.ª \(PEV\)](#) - *Atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios por trabalho executado em condições de risco, penosidade e insalubridade (Alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)*, [399/XIV/1.ª \(PEV\)](#) - *Aplicação do suplemento de risco, penosidade e insalubridade (Alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)* e [401/XIV/1.ª \(BE\)](#) - *Regulamenta os suplementos das compensações e outras regalias de risco, penosidade e insalubridade (16.ª Alteração da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)*, o Senhor Presidente explicou que, como os mesmos entraram a 26 de maio e baixaram à Comissão a 28 de maio, tendo sido agendados por arrastamento para o Plenário de 5 de junho, e sendo o conteúdo conexo com o dos Projetos de Lei n.ºs 228/XIV e 229/XIV/1.ª (PCP), distribuídos previamente ao Deputado José Cancela Moura (PSD), como se poderia verificar no quadro comparativo distribuído, não se propunha a sua distribuição, até por não ser possível elaborar as respetivas notas técnicas em tempo útil, salvo se algum Senhor Deputado manifestasse vontade de elaborar esse parecer, que poderia ser apreciado na quinta-feira. Verificando-se não haver tempo para os serviços elaborarem uma nota técnica relativa àqueles três projetos de lei, foi deliberado por consenso que os mesmos seriam apreciados no Plenário de sexta-feira sem parecer.

Foram ainda distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:



**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,  
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

**ATA NÚMERO 27/XIV/ 1.ª SL**

Dos [Projetos de Lei n.ºs 403/XIV/1.ª \(BE\)](#) - Altera o regime da carreira especial de enfermagem, de forma a garantir posicionamentos remuneratórios e progressões de carreira mais justos e condizentes com o reconhecimento que os profissionais de enfermagem merecem, [404/XIV/1.ª \(BE\)](#) - Medidas de valorização e proteção dos profissionais da saúde, e [405/XIV/1.ª \(BE\)](#) - Altera o Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio, de forma a garantir uma mais justa transição para a categoria de enfermeiro especialista por parte de enfermeiros que desempenharam ou desempenham funções de direção ou chefia, todos com conexão com a 9.ª Comissão, foi designada autora do parecer a Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS).

Do [Projeto de Lei n.º 406/XIV/1.ª \(PCP\)](#) - Consideração de todos os pontos para efeitos de descongelamento das carreiras, foi designado autor do parecer o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).

Do [Projeto de Lei n.º 407/XIV/1.ª \(PCP\)](#) - Dignificação da carreira de enfermagem (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio, terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 247/2009, de 22 de setembro e terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro), com conexão com a 9.ª Comissão, foi designado autor do parecer o Senhor Deputado Moisés Ferreira (BE).

A Comissão foi ainda informada da baixa do [Projeto de Resolução n.º 481/XIV/1.ª \(BE\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à revisão da tabela remuneratória única com vista a assegurar níveis de proporcionalidade, cuja discussão foi agendada para o Plenário de dia 8 de junho.

E da baixa com conexão em 29 de maio, após solicitação do GP do PSD, do [Projeto de Lei n.º 375/XIV/1.ª \(PSD\)](#) - Procede à quarta alteração à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença Covid-19, isentando de taxa de registo no sistema de registo de estabelecimentos regulados as entidades responsáveis pela criação e manutenção de «hospitais de campanha» e estruturas afins. A Senhora Deputada Isaura Morais (PSD) informou que, entretanto, o





**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,  
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

**ATA NÚMERO 27/XIV/ 1.ª SL**

Governo tinha publicado uma portaria, esvaziando de alguma forma a necessidade de discussão e aprovação daquele projeto de lei, o que prova que o grupo parlamentar proponente tinha razão.

**3. Apreciação e votação da ata n.º 26, relativa à reunião de 27 de maio de 2020;**  
Submetida à votação, foi a ata n.º 26, relativa à reunião de 27 de maio, aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

**4. Apreciação e votação da nota de admissibilidade e (eventual) designação de Deputado relator do GP do PSD da Petição n.º 45/XIV/1.ª - Reabertura de vias de acesso em Montemor-o-Velho;**

O Senhor Presidente informou que aquele ponto ficava adiado para a próxima reunião, uma vez que a Nota de Admissibilidade não foi distribuída por ainda não estar concluída.

**5. Deliberação sobre o pedido de desistência apresentado pelos peticionários da Petição n.º 625/XIII/4.ª - Solicita a atualização da estrutura remuneratória da carreira de Assistente Técnico;**

A Comissão deliberou por consenso aceitar o pedido apresentado pelos peticionários de desistência da Petição n.º 625/XIII/4.ª.

**6. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 176/XIV/1.ª (PS) - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio, permitindo a aplicação do sistema de carreiras aos trabalhadores do Quadro de Pessoal Transitório**

**Deputada autora do parecer: Maria Germana Rocha (PSD);**

Previamente à apresentação do parecer pela Senhora Deputada Maria Germana Rocha (PSD), o Senhor Deputado António Gameiro (PS) pediu a palavra para dizer que a proposta contida no artigo 2.º daquele projeto de lei foi apresentada pelo GP do PS como proposta de alteração ao Orçamento do Estado, tendo sido aprovada e constituindo atualmente letra de lei. Confirmou estar mandatado pela direção do GP do PS para informar que, tão breve quanto possível, será retirado o Projeto de Lei n.º 176/XIV e pedir desculpa à Deputada Maria Germana Rocha e enaltecer o trabalho de grande qualidade por ela desenvolvido.



## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL

### ATA NÚMERO 27/XIV/ 1.ª SL

A Senhora Deputada Maria Germana Rocha (PSD) interveio então para dizer que é de lamentar que aquela iniciativa não tivesse sido previamente retirada antes da elaboração do respetivo parecer.

A solicitação do GP do PSD e por não se encontrar presente o Senhor Deputado José Cancela Moura (PSD), foi o ponto 8 inicial apreciado de seguida.

#### **7. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD sobre o Regulamento da Comissão;**

A Senhora Deputada Isaura Morais (PSD) apresentou o requerimento previamente remetido pelo GP do PSD e distribuído a todos os Deputados da Comissão.

Usou da palavra em primeiro lugar o Senhor Deputado António Gameiro (PS) que sublinhou que o GP do PSD faz o “três em um”: anuncia uma coisa, escreve outra e apresenta outra. Prosseguiu dizendo que o Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD), na última reunião, tinha proposto uma alteração da grelha de tempos e a redução de três rondas para duas, com o que o PS concorda, e que iria fazer uma proposta nesse sentido, de harmonização e coincidente com a da 1.ª Comissão. Ora aquela Comissão Parlamentar tem uma grelha de tempos aprovada de 9 minutos para PS e PSD; 8 minutos para BE e PCP; 7 minutos para CDS-PP e PAN, e 3 minutos para DURP. Esta grelha é diferente da agora apresentada, entendendo o GP do PS que deve haver uma harmonização total dos tempos de intervenção nas audições regimentais em todas as comissões parlamentares. O GP do PS também não concorda com a proposta para o inciso final do n.º 1 do artigo 22.º do regulamento, porquanto o GP do PS interviria em último lugar. Aquilo com que o PS concorda é que as rondas se iniciem pelo maior partido da oposição e que depois intervenha o GP do PS e seja seguida a ordem decrescente de grandeza dos partidos.

O Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) disse, via Skype, que o PSD concorda com a sugestão feita no sentido de intervir em primeiro lugar o GP do PSD, seguindo-se a ordem de representatividade decrescente dos grupos parlamentares. Quanto à segunda questão, considerou que há com certeza um equívoco porque na 1.ª Comissão não há qualquer regulamento aprovado.





**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,  
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

**ATA NÚMERO 27/XIV/ 1.ª SL**

O Senhor Deputado António Gameiro (PS) esclareceu então que a grelha de tempos da 1.ª Comissão a que fez referência foi a utilizada na última audição, porque essa aprovação é feita caso a caso.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) interveio para dizer que não entende a oportunidade desta discussão por pensar que havia uma consolidação das grelhas de tempos em todas as comissões. O normal é que as audições regimentais dos ministros sejam feitas em três rondas, o que não significa que não se possa pensar noutras alternativas, e que todos os grupos parlamentares tenham o mesmo tempo para intervirem. Daí que em sua opinião as alterações aos regulamentos não devam ser feitas de forma desgarrada. Sugeriu que talvez em sede de reunião de mesa e coordenadores este assunto pudesse ser abordado de modo a envolver as outras comissões parlamentares, o que permitirá um maior amadurecimento de todas as questões conexas.

A Senhora Deputada Paula Santos (PCP) opinou que um processo de alteração do regulamento não se tramita desta forma, sendo necessário calendarizar datas para apresentação de propostas de alteração, de discussão e de votação das mesmas. Sobre o conteúdo do requerimento, o GP do PCP não acompanha a redução do número de rondas nem a diferenciação dos tempos atribuídos aos diversos grupos parlamentares.

O Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL) considerou a proposta apresentada pelo GP do PSD extemporânea e desadequada e disse que devia haver uma preocupação maior com a eficácia do trabalho das comissões.

A Senhora Deputada Isaura Morais (PSD) contestou que a apresentação daquele requerimento tivesse sido extemporânea ou desadequada até porque todos os grupos parlamentares poderiam ter apresentado quaisquer propostas sobre aquela matéria.

A Senhora Deputada Maria da Luz Rosinha (PS) propôs que se aguardasse algum tempo até que pudesse haver alguma uniformização das grelhas de tempos de todas as comissões.

O Senhor Presidente concluiu aquele ponto dizendo que a decisão final sobre aquela matéria será tomada após a informação que for remetida pelo Presidente da Assembleia da República.

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,  
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

**ATA NÚMERO 27/XIV/ 1.ª SL**

8. **Apreciação e votação do parecer sobre os Projetos de Lei n.ºs 228/XIV/1.ª (PCP) - Fixa os critérios de atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (12ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho - Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas) e 229/XIV/1.ª (PCP) - Fixa o regime de atribuição e os montantes dos acréscimos em suplementos e outras compensações que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (12ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas)**

**Deputado autor do parecer: José Cancela Moura (PSD);**

O Senhor Deputado José Cancela Moura (PSD) apresentou o parecer relativo àquelas duas iniciativas legislativas. Intervieram os Deputados António Gameiro (PS) e Paula Santos (PCP) para cumprimentarem o autor do parecer. Submetidas à votação, foram as partes I (Considerandos) e III (Conclusões) do parecer, com uma alteração sugerida pelo GP do PCP, aprovadas por unanimidade, registando-se as ausências do CDS-PP e do IL.

**9. Outros assuntos.**

A próxima reunião foi agendada para segunda-feira, dia 8 de junho, pelas 14 horas.

A reunião foi gravada em suporte [áudio](#), pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

A reunião foi encerrada às 16:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 03 junho 2020.

**O PRESIDENTE**



**(FERNANDO RUAS)**





**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,  
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

**ATA NÚMERO 27/XIV/ 1.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro  
Bebiana Cunha  
Carla Borges  
Carlos Peixoto  
Eurídice Pereira  
Fernando Paulo Ferreira  
Fernando Ruas  
Filipe Pacheco  
Isaura Morais  
Joana Mortágua  
João Cotrim de Figueiredo  
Jorge Paulo Oliveira  
José Cancela Moura  
José Maria Cardoso  
Luís Moreira Testa  
Márcia Passos  
Maria da Luz Rosinha  
Maria Germana Rocha  
Palmira Maciel  
Paula Santos  
Pedro Sousa  
Raul Miguel Castro  
Alexandra Tavares de Moura  
Carla Barros  
Fernando José  
João Gouveia  
Maria Gabriela Fonseca  
Moisés Ferreira  
Ofélia Ramos  
Vera Braz

Faltou o seguinte Senhor Deputado:

João Azevedo

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar a seguinte Senhora Deputada:

Cecília Meireles

